

DISCURSO DO MINISTRO CEZAR PELUSO NA ABERTURA DO I ENCONTRO NACIONAL SOBRE DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

É uma honra participar hoje, Dia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da abertura do *I Encontro Nacional sobre Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes no Judiciário Brasileiro*, promovido pela Childhood e outros parceiros.

O encontro permitirá a troca de experiências sobre processos de implantação e metodologias de depoimento especial que vêm sendo utilizados em diversos tribunais estaduais.

Como se recorda, o depoimento especial foi concebido para que crianças e adolescentes vítimas de violência possam ser ouvidos de maneira diferenciada, que lhes alivie a dor da lembrança dos sofrimentos vividos.

O instrumento busca, ainda, evitar que essas vítimas especiais tenham que passar, sem necessidade, pela repetição, muitas vezes chocante, de vários depoimentos, em ambiente policial ou forense.

A violência é um dos grandes desafios das sociedades modernas. O desafio multiplica-se quando agressões e abusos sexuais atingem crianças. As seqüelas físicas e psicológicas são ainda mais profundas nesses casos, que envolvem vítimas na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, conceito abrigado por nosso Estatuto da Criança e do Adolescente.

Há pouco mais de um ano, em meu discurso de posse na presidência do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, indiquei como uma das prioridades de minha gestão a valorização da missão básica da magistratura e do Poder Judiciário: a defesa dos direitos do cidadão, destinatário último de qualquer prestação jurisdicional digna deste nome.

Esse objetivo tem sido perseguido através de duas vertentes complementares: a ampliação do acesso da maioria da população brasileira à Justiça e o combate à morosidade dos processos da minoria que hoje recorre ao Judiciário para a solução de conflitos.

Em uma dessas veredas, encontram-se o levantamento dos grandes litigantes que prejudicam o funcionamento eficaz do Judiciário, o programa de mediação e conciliação como formas alternativas de resolução de conflitos, os planos de investimento na gestão administrativa e na

capacitação de cortes e tribunais, e a proposta do regime de recursos, com o fim do efeito suspensivo dos recursos extraordinários.

A outra vertente concentra esforços de levar a Justiça a segmentos da sociedade que não contavam com a efetiva proteção da lei, como, por exemplo, a consolidação dos mutirões carcerários, o esforço de difusão da Lei Maria da Penha de combate à violência contra mulheres e a campanha nacional contra a prática de “bullying” nas escolas.

Nessa luta pela implementação de direitos, o CNJ aprovou no ano passado, a partir de proposta da conselheira Morgana Richa, a Recomendação nº 33, que sugere aos tribunais estaduais a criação de serviços especializados para a escuta de crianças e adolescentes.

Os primeiros frutos dessa iniciativa constituem o tema central do seminário que hoje se inicia. Nos próximos dois dias, juízes, promotores de justiça e defensores públicos juntar-se-ão a assistentes sociais, psicólogos e pedagogos em debates sobre práticas de depoimento especial em desenvolvimento em todo o Brasil.

Tenho a certeza de que este encontro trará contribuições importantes para consolidar de vez o instituto do depoimento pessoal em casos de violência ou abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Gostaria de manifestar meus agradecimentos a todos que contribuem para esse esforço, mencionando, entre outros:

- a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
- a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça;
- o Conselho Nacional do Ministério Público;
- a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Adolescência;
- o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- o Fundo das Nações Unidas pela Infância;
- e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes.

Aproveito a oportunidade para expressar agradecimento especial à sua Majestade, a Rainha Sílvia, da Suécia, e à CHILDHOOD, pelo incessante apoio na defesa dos direitos da infância e da juventude.

Senhoras e senhores,

Alguém já escreveu que “a criança é pai do homem”. Respeitar os direitos das crianças de hoje é investir na formação dos cidadãos responsáveis de amanhã.

A efetiva garantia dos direitos da criança constitui etapa ineliminável do complexo processo de construção do futuro. Nesse sentido, iniciativas como a que se abre neste momento podem ser descritas como exercícios de esperança. E a esperança, como disse certa vez Jorge Luís Borges, nada mais é do que a saudade do futuro que ainda não temos.

Desejo a todos um excelente trabalho. Obrigado.